



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL: EXPERIÊNCIAS DOCENTES NA PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA- PIAUÍ.

Maria de Lourdes Alves Galeno
Amanda Maria dos Santos Silva

Prefeitura Municipal de Parnaíba, atssphb@hotmail.com
Centro de Ensino Superior do Piauí, amssphb@hotmail.com

Resumo

O presente artigo é parte do trabalho de conclusão de curso apresentado pela autora para a obtenção da graduação em Licenciatura em Pedagogia. Esse fragmento apresenta as experiências docentes dos profissionais que atuam na Penitenciária Mista de Parnaíba: Juíz Nonon de Moura Fontes Ibiapina. Essa pesquisa de caráter qualitativo teve como fio condutor metodológico o entrelaçamento de diversas fontes (orais e escritas). Para isso foi realizada pesquisa bibliográfica bem como entrevistas com os sujeitos encontrados em nosso lócus de estudo. Por meio dessa análise percebeu-se que apesar da existência de uma lei que garante à oferta da educação - na modalidade EJA - a carga horária não é cumprida, o espaço é insalubre e os materiais didáticos são insuficientes. Apesar dessa realidade existe um esforço do corpo docente em possibilitar as aulas e do corpo discente em reconhecer nesse movimento de aprendizagem uma possibilidade de melhoria de sua condição, dentro e/ou fora do sistema prisional.

Palavras-Chaves: EJA, Experiências Docentes, Penitenciária Mista de Parnaíba-Piauí.

Introdução

Como falar sobre a educação em prisões? Como abordar uma temática que causa tanta estranheza na sociedade? Já que os dois temas: Educação e Prisão tem segmentos diferentes. Difícil acreditar que eles possam caminhar juntos. Falar sobre esse tema causa certo constrangimento, afinal, cobrar direitos a quem já transgrediu todos os direitos humanos é uma tarefa difícil.

Exigir tratamentos dignos a quem mostrou a face do desrespeito e da crueldade principalmente com os últimos dados apresentados pela grande mídia. O aumento da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

violência em todos os lugares do mundo, inclusive no Brasil, trazendo como consequências, rebeliões, motins e o crescimento desgovernado da população carcerária.

A educação em prisões emprega a chamada Educação de Jovens e Adultos (modalidade EJA). Com base na LDB nº 1996, art. 37 define a Educação de Jovens e adultos como aquela destinada a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade pré-estabelecida.

A LDB regulamenta o direito previsto na Constituição brasileira em seu Capítulo II, seção 1, artigo 208, inciso 1 de que todo cidadão e cidadãs tem direito ao ensino fundamental e gratuito, assegurada inclusive a sua oferta para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria. (LDB, 1996)

As pessoas encarceradas, assim como todos os seres humanos, tem direito garantido a escolarização. A declaração universal dos direitos humanos reconhece o direito a educação em seu artigo 26 e estabelece que o objetivo dele é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito a seus direitos.

A Lei de Execução Penal – LEP – deixa claro que o preso(a) tem direito a escolarização, trabalho e formação profissionalizante que o reconhecimento a esse direito é caracterizado pelos direitos humanos independentemente do contexto ou ambiente que está inserido.

O direito a educação é classificado de distintas maneiras como direito econômico social, cultural e também é tomado por um âmbito civil e político, já que se situa no centro das realizações plena e eficaz dos demais direitos. Em 2011 o Plano Nacional de Educação – PNE – aprovou a lei no congresso que o Brasil teria que implantar em todas as unidades prisionais e estabelecimentos que atendessem adolescentes infratores o programa de educação de jovens e adultos a nível fundamental e médio.

Metodologia



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A abordagem dada à pesquisa foi à qualitativa, descrita por Soares (2003, p.19) destacando que “ao contrário da abordagem quantitativa não emprega procedimentos estatísticos como centro do processo de análise de um problema”. Dessa forma pode ser colocado que a pesquisa se utilizou de outros métodos para analisar o problema em questão.

Essa abordagem possibilita um menor engessamento da pesquisa, pois, existe um leque maior de procedimentos metodológicos que podem ser utilizados para direcionar a pesquisa, entre eles estão às entrevistas, a pesquisa de campo e a observação participante.

A pesquisa que se apresente tem um caráter explicativo, isso se caracteriza uma vez que “além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.” (SEVERINO, 2007, p.122)

Foi utilizado como uma das bases para possibilitar a análise, pesquisas bibliográficas, caracterizadas por Severino (2007)

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente das pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. [...], o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (p.122)

Além da pesquisa bibliográfica foram realizadas pesquisas de campo onde “o investigador na pesquisa assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos.” (BARROS; LEHFELD, 2007, p.90).

Deve ser destacado, contudo que “a pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados [...] é algo mais que isso, pois exige com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado” (FERRARI, 1982, p. 229).

Dessa forma fica clara a complexidade da utilização das pesquisas de campo, uma vez que os dados devem ser analisados de forma coesa e clara, de forma que não possibilitem interpretações equivocadas dos dados. Os dados que constituem a pesquisa foram entrevistas estruturadas descritas por Severino (2007, p. 125) como,

[...] aquelas que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. [...], com questões bem diretivas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Sendo assim, foi utilizado para dar corpo as situações encontradas em campo um dos instrumentos descritos por Andrade (2010) que é a entrevista. Foram utilizados como sujeitos da pesquisa os professores que atuam na Penitenciária Mista de Parnaíba-PI.

Resultados e Discursão

Para compreender o movimento que se desenvolve em nosso campo de estudo, a Penitenciária Mista de Parnaíba, torna-se necessário esclarecer categorias importantes. A principal delas é a Educação que em sentido geral pode ser compreendida como a transferência de hábitos, costumes e valores repassados em uma determinada comunidade através das vivências e experiências das pessoas que nesse espaço habitam. Entre essas experiências vivenciadas podemos citar o desenvolvimento permanente de suas faculdades mentais, físicas e morais.

Apesar desse caráter abrangente, a educação, do latim *educations*, é percebida apenas em aspecto formal e contínuo de ensino aprendizagem que é desenvolvido tendo como base um currículo fixo que é desenvolvido em estabelecimentos de ensino, públicos ou privados. Como nos mostra a LDB (1996)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No Brasil, a educação está dividida em Educação Básica e Ensino Superior. (LDB, 1996) Feitas essas divisões, o objetivo da educação formal é o de propiciar o desenvolvimento de um raciocínio lógico com o foco na resolução de problemas além da formação de cidadãos críticos e reflexivos capazes de transformar o mundo em que vivem e sua própria vida. De forma específica, nossos sujeitos estão inseridos dentro da Educação de Jovens e Adultos – EJA, que segundo a LDB (1996) destina-se a “Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.”

Este é um direito assegurado aos apenados e pode ser encontrado na Lei de Execução Penal, em seu Artigo 83º que aponta “O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.” (BRASIL, 1986)

Mesmo existindo desde os primeiros anos da República, apenas nos últimos anos Educação Prisional vem tendo maior atenção do poder público, uma vez que os sujeitos que cumprem penas não devem apenas estar impedidos do convívio em sociedade, mas que necessitam de meios para ao sair dessa situação, serem inseridos na sociedade.

Pensando nessa problemática podem ser destacados o Plano Nacional de Seguridade Pública e com Cidadania (PRONASCI), o II Seminário Nacional de Consolidação das Diretrizes para a Educação no Sistema Prisional e o Projeto Educando para a Liberdade.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi um marco nas políticas públicas de segurança do Brasil, uma vez que promoveu inúmeras inovações. Foi um grande impulsionador da compreensão de que a segurança pública é uma questão transversal, que demanda intervenção de várias áreas do poder público, de



maneira integrada, não apenas com repressão, mas também com prevenção, em especial, com a educação.

O II Seminário Nacional de Consolidação das Diretrizes para a Educação no Sistema Prisional realizado em Brasília em 2007 apresentou em suas pautas e debates uma série de atividades que vem sendo desenvolvidas no sentido de estruturar tal política, destacando-se, dentre outras,

[...] a decisão dos dois Ministérios de investir, por meio de convênios com Estados, na construção de políticas estaduais de educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade e do repasse de recursos financeiros visando à melhoria das condições de atendimento em nível local. (SAUER, JULIANO, 2012)

O Projeto Educando para a Liberdade desde 2005 traz para as unidades prisionais oficinas técnicas, seminários regionais, financiamentos de projetos junto as sistemas estaduais de educação,

O objetivo central de cada uma dessas propostas é a ampliação da escolaridade entre jovens e adultos que compõem a população carcerária do país. Devemos destacar ainda que além dessa agenda nacional, os estados apresentam ações em favor da Educação Prisional,

[...] por exemplo, a decisão favorável sobre a remissão de um dia de pena por 18 horas de efetiva participação em atividades educacionais exarada pela Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro, apoiada pelo Ministério Público e pelo Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro, incidindo sobre 20% dos presos do Estado. (MAGALHÃES, CORENZA, MASSON.s/d)

Para retratar a realidade vivenciada pelos educadores dentro da Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina foram realizadas duas entrevistas. A primeira, com a professora Daniele Brito, 39 anos, formada em Normal Superior e especialista em Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campo e Prisional e a segunda com a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

professora Francisca das Chagas, 59 anos, formada em Normal Superior especialista em História Geral e EJA do Campo e Prisional.¹

Nosso primeiro questionamento visava conhecer como as professoras passaram a preencher o quadro docente da Penitenciária Mista de Parnaíba. Daniele (2014) nos diz: “sou professora da penitenciária a dez anos, comecei no programa educando para a liberdade que mudou a nomenclatura não é mais projeto é um programa do governo federal.” Já Francisca das Chagas (2014) nos diz que

Nós três chegamos aqui em 2004, e a SEDUC estava procurando professores efetivos do quadro do estado. Foi a professora Debora que me convidou eu nem conhecia. Começou com o projeto Educando para a Liberdade de forma experimental, depois em 2011 uma lei foi assinada e em todos os presídios tem salas de aula.

Nessas falas observamos que as professoras ingressaram no Sistema Prisional por meio do projeto Educando para a Liberdade e que desde então são professoras da Penitenciária Mista, Atualmente o regime de trabalho é de Polivalência dentro da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. As aulas acontecem dentro do Presídio, nesse ponto Francisca das Chagas (2014) esclarece que “a sala do presídio funciona como se fosse um anexo de uma escola do estado, a escola certificadora é a Francisca Trindade que fica em um assentamento, é como se eles estivessem lá”.

Com relação a situação trabalhistas, as professoras são efetivas do Governo do Estado do Piauí, cedidas a Secretaria de Justiça do Estado para desenvolver suas atividades dentro do Sistema Prisional com uma carga horária de 40 horas semanais. Após conhecermos nossos sujeitos de pesquisa nossas considerações seguintes farão referencia a rotina de trabalho das professoras dentro da Unidade. O primeiro ponto que abordamos, foi relacionado ao espaço destinado a sala de aula, nesse sentido Daniele (2014) nos diz,

O espaço é bom, amplo. O que atrapalha é o mal cheiro e o abafado da sala, mas já estão tentando melhorar: colocaram mais ventiladores e estão tentando mudar o local das aulas, melhor mais ventilado. De

¹ As entrevistadas autorizaram a publicação de seus depoimentos através da assinatura de termos de cessão.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

amanhã em diante talvez mude. Porque a gente passa entre os detentos, eles ficam chamando as presas que acompanham a gente, elas ficam de conversinha com eles e por isso vai mudar a sala.

Ainda referente a esse tópico, a professora Francisca das Chagas (2014) nos diz que

Olha, aqui tudo é improvisado como o próprio presídio que era um mercado. Essa sala era a cozinha que foi transferida lá pra fora porque durante uma rebelião as primeiras que foram feitas de refém foram as cozinheiras e foi justamente essa sala que deram pra gente. Essa sala é grande, mas não é confortável porque fica muito dentro do presídio. Já passamos por muitas situações ruins porque nosso trabalho não era conhecido e quando passaram a enxergar que o nosso trabalho era importante para as pessoas dentro e fora da penitenciária, já que a gente estava preparando os detentos pro convívio fora daqui as coisas melhoraram. A gente tem muita parceria, o estado, na época de uns três anos atrás a gente convidou a sociedade para as festas de fim de ano e nessa penúltima a gente convidou a diretora da SEDUC do Estado e ela veio com a responsável pelo EJA e vieram assistir e pedimos como ela podia ajudar a gente na sala e no ensino, Em 2012 ela mandou televisão, vídeo, computador, impressora, armários, mesas tudo bonitinho, até o quadro mandaram. Aí agora sim!

Vemos que as aulas são desenvolvidas em um espaço precário e pouco adequado a esse fim, com baixa iluminação e pouca ventilação. Contudo, vemos na fala das professoras que existem tentativas de melhorias no local. As figuras abaixo servem para visualizarmos esse espaço que é organizado e limpo pelos próprios detentos ou por um funcionário citado como Douglas.

Buscamos saber quantos apenados frequentam as aulas em média. As professoras afirmaram que em média 25 alunos se matriculam mas que ao longo do ano acabam ganhando a liberdade e deixando as aulas. Atualmente 16 alunos frequentam as aulas, divididos em duas turmas que funcionam no mesmo espaço, no primeiro e do segundo ciclo da EJA de forma mista com homens e mulheres.

Nesse contexto, a professora Francisca das Chagas (2014) nos informa que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

[...] o sistema não quer que matricule muita gente. Tem detentos que já tem o fundamental maior completo e não precisam, tem outros que são analfabetos, mas não querem participar das aulas tem preconceito. Aqueles que querem mesmo fica na faixa de 20. A administração e a Assistente Social que liberam pra vir e depende do comportamento deles.

Ao questionarmos sobre o sistema de avaliação as professoras relataram que os alunos são avaliados diariamente por sua participação nas aulas e com uma avaliação bimestral. Sobre a evasão elas relataram que os alunos só saem quando ganham a liberdade, a professora Francisca das Chagas (2014) sobre esse tópico nos disse que

[...] pra muitos deles a sala de aula é uma válvula de escape. Eles dizem pra gente “tá quando você não vem pra cá eu fico morrendo de raiva, fico num tédio terrível” até porque se juntam com os colegas, tem uma metodologia diferenciada a gente tenta minimizar o stress da sala de aula. A gente não ensina só a ler e escrever a gente trabalha para melhorar a autoestima deles pra que se sintam a vontade na sala de aula. Pra gente eles são mais como amigos, pra que eles se sintam bem, até porque o ambiente é de stress total.

Ao ser questionada sobre a quantidade de professores, Daniele (2014) nos disse que “somos três professoras, essa que vos fala, Daniele Brito, a professora Francisca das Chagas e a professora Debora Dias”. Sobre a atuação na Penitenciária Francisca (2014) nos contou que

Como quarta feira é visita não tem aula. Por isso, a gente trabalha revezando. Às vezes venho com a Debora, outras vezes com a Daniele e outras vezes fica uma de nós sozinha e dá aula para as duas turmas. Eles (direção do presídio) acham perigoso e as vezes a gente vem sozinha mas se sente a vontade. Eles não aconselham até dizem pra gente “você vai sozinha por sua conta e risco”, mas não tem medo. Como diz o ditado “o costume põe a boca torta” a gente acha que não corre esse risco.



Quando o assunto foi o risco, buscamos saber das professoras o que elas achavam de trabalhar na Penitenciária Mista e ministrar aulas para os apenados. Daniele (2014) nos disse que,

Risco na nossa profissão nós temos em qualquer ambiente e aqui não seria diferente. Porque aqui nós estamos presas junto com eles, a qualquer momento pode ter uma rebelião, mas eles nos transmitem total segurança de que isso não vai acontecer. Eles gostam da gente e dizem que nada aconteceria conosco, mas não sabemos como os outros detentos se comportariam. As vezes eu me sinto mais segura com eles aqui dentro do que lá fora.

Sobre isso, a professora Francisca das Chagas (2014) afirma:

[...] a gente já tá tão acostumada que nem sente tanto perigo. Mas quando a gente entra no presídio você vê que a sala é bem no fundo, no final e a gente convive e encontra com muitos presidiários que ficam soltos nos corredores a gente convive, entra e sai, tem amizade com eles, mas não sabe o que está por traz daquela amizade. A verdade é que corremos perigo também. Corremos riscos sim. Os próprios agentes dizem que a gente é corajosa. Às vezes é só por terrorismo até os presos que não estão na aula nos conhecem, pois já são 10 anos. No início nós trazíamos roupa material de limpeza pra entregar pra eles.

Para concluir nossa entrevista fizemos no último bloco temático um esforço em apreender percepções das professoras. A primeira questão desse tópico dizia respeito a LEP. Ambas as professoras afirmaram conhecer a lei e ao serem questionadas sobre diretrizes oficiais do Governo do Estado do Piauí para a educação prisional elas citaram apenas os planos de curso e a proposta pedagógica que eram enviados a elas.

Foi relatado por elas que não existe nenhum problema com a administração da Penitenciária e que de forma geral os funcionários dão muito apoio a atividade docente realizada. Buscamos saber então qual era a maior dificuldade em trabalhar dentro de uma unidade prisional. Daniele (2014) nos disse que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A única dificuldade é com relação ao ambiente em si que em alguns dias está pesado e nós nos sentimos penalizadas também. As atitudes deles, como você viu agora. Doí na gente, essa é a maior dificuldade. Com outras coisas as pessoas que trabalham aqui nos ajudam. Nós somos educadoras e essas situações abalam a gente mesmo. No mais, tudo tranquilo.

Já a professora Francisca das Chagas (2014) nos disse que “Pra falar a verdade, o que mais me estressa é sair daqui e não ter ninguém para abrir o portão às vezes nosso guarda costa não está aqui e a gente se sente angustiada pra sair aí precisa bater, gritar...” (risos)

Ao serem questionadas, as professoras afirmaram que tem uma boa relação, envolta em respeito com os alunos. Para elas a principal motivação para que eles frequentem as aulas por gostar do espaço e do momento que passam untos além da metodologia usada na sala de aula.

Conclusões

Conforme a pesquisa realizada foi possível perceber que existe o cumprimento da lei que garante o acesso a educação dos apenados dentro da penitenciária mista de Parnaíba, contudo, os professores capacitados destinados a cumprir essa função descumprem as normativas principalmente no que diz respeito ao cumprimento da carga horária das aulas, o que caracteriza certo descaso com o processo educacional dos apenados.

A partir das entrevistas realizadas percebemos na fala do corpo docente que apesar da visível precariedade do ambiente e das péssimas condições materiais houve uma tentativa de minimizar as carências encontradas na oferta desse trabalho. Apesar dessa fala otimista, nas entrelinhas das falas existe uma cobrança por melhores condições de trabalho.



Mesmo cientes dessa necessidade, há certo descrédito com relação a forma com que as aulas são ministradas, pois, a carga horária não é cumprida, a oferta de atividades laborativas é inexistente/fragmentada, o material didático é insuficiente e o espaço destinado as aulas, apesar das melhorias recentes é insalubre.

Assim, com o presente estudo através da teoria e das visitas de campo materializadas nas falas dos sujeitos, buscamos elucidar de que forma a educação é ofertada dentro de uma unidade prisional, como ela é desenvolvida e de que formas ela é aproveitada pelos alunos.

Deixamos assim material para ampliação do debate e para a reflexão de futuros pesquisadores que veem na educação prisional uma fonte de pesquisa para perceber quais as contribuições sociais que a educação promove a jovens e adultos inseridos no sistema prisional.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2010. 10ª ed.
- BRASIL. **Lei 7.210, de 11 de Julho de 1984**, institui a Lei de Execução Penal
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes, SAUER, Adeum Hilário. **A educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões, avanços e perspectivas**. MEC, 2012.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. 23ª ed.
- SOARES, Edvaldo. **Metodologia Científica: Lógica, Epistemologia e Normas**. São Paulo: Atlas, 2003.